



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



**UFSC NA MÍDIA - CLIPPING
13 de agosto de 2012**

Notícias do Dia

Paulo Alceu

“Greve de altos salários”

Funcionalismo público federal / Greve / Salários / Banco do Brasil / Fiscais da Receita / Professores universitários / Ministério do Planejamento

Greve de altos salários

Pois então, 18% do funcionalismo público federal que está em greve ganha até R\$ 3 mil. Mais da metade está acima de R\$ 5 mil mensais, mas tem um grupo de 16% que recebe mais de R\$ 10 mil. Há setores, entre eles servidores do Banco do Brasil, que chegam a alcançar no final de carreira até R\$ 20 mil de salário, como também fiscais da Receita. Mas é bom deixar bem claro que todos têm direito de reivindicar aumento e garantias salariais. Não interessa quando recebem. Cada qual busca seus benefícios dentro do que conquistou até aqui. Mas é lamentável ver nessas paralisações que a categoria em greve que menos remuneração recebe é a de professor universitário, por sinal a mais bem organizada, desde maio parada. Diante desse quadro fornecido pelo Ministério do Planejamento, a elite salarial do governo federal acaba prejudicando os de menor remuneração.

Notícias do Dia

Carlos Damião

“Cinema”

Cinema catarinense / Folha de São Paulo / Zeca Nunes Pires / *As Covas Gêmeas* / Marco Zanfra

Cinema

Cinema catarinense foi destaque na Folha de S. Paulo de sábado (11): o cineasta Zeca Nunes Pires adquiriu os direitos de filmagem do livro “As Covas Gêmeas”, do jornalista Marco Zanfra, que vive e trabalha em Santa Catarina. Tráfico de órgãos de pessoas pobres, no Estado, é o tema da obra.

Notícias do Dia
Ricardinho Machado

“Travessia”

MPB / Milton Nascimento / Show / Centro de Cultura e Eventos da UFSC

Travessia

Outro monstro da MPB que chegou aos 70 anos na semana que passou foi o cantor e compositor Milton Nascimento. No próximo dia 25 ele aterrissa na Ilha de idade nova pro show no Centro de Eventos da UFSC. Podem até dizer que ele já tá velhinho... mas sempre terá um coração de estudante.

Diário Catarinense

Juliana Wosgraus

“Milton em SC”

Milton Nascimento / Show / Florianópolis / Criciúma / Orth Produções

MILTON EM SC

Depois de 15 anos, Milton Nascimento volta a fazer show em Floripa, e será no dia 25 de setembro. Ele também se apresentará pela primeira vez, em Criciúma, no dia 23. Comemorando 50 anos de carreira, Milton vem através da Orth Produções. Neste final de semana, Eveline Orth foi conferir a turnê de *Travessia* no Festival de Inverno em São Gonçalo, em Minas Gerais, pra onde foi também a jornalista do DC, Roberta Ávila, que vai contar em matéria os detalhes do show que vem pra cá.

Diário Catarinense

Marcos Espíndola

"Norah Jones na Ilha"

Norah Jones / Show / Florianópolis / Stage Music Hall / Maria Bethania / Centro de Cultura e Eventos da UFSC

*Norah Jones
na Ilha*

Possivelmente já tem data para Norah Jones cantar em Floripa. Em princípio, negocia-se o dia 13 de dezembro, no Stage Music Hall. Confirmado é o show da cantora norte-americana, um dia antes, em Porto Alegre. Se fechar com a Capital, Norah desembarcará na mesma data do show de Maria Bethânia no Centro de Cultura e Eventos da UFSC. Um duelo de divas, mas quem ganhará é o público. Norah é responsável por um dos grandes álbuns deste ano, *Little Broken Hearts*. Ouçam e torçam, porque o verão está prometendo.

AUTUMN DE WILDE, DIVULGAÇÃO

Diário Catarinense

Serviço

"Rio + 20"

UFSC / Audiência pública / Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense
Para a Rio + 20 / Auditório da OAB-SC

- **Rio+20** - A UFSC organiza, no dia 15 de setembro, às 9h, uma audiência pública para apresentar os resultados do trabalho do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20. O evento será no Auditório da OAB - Rua Paschoal Apostolo Pit-sica, 4860 -, na Capital. Informações: www.riomais20sc.ufsc.br.

Reportagem Especial



JESSE GIOTTI

A decisão que virou uma facepolêmica

Juiz de Santa Catarina suspende aplicação de multa ao Facebook por não retirar página do ar

JANA HOFFMANN E MAYARA RINALDI

Uma polêmica abriu discussão sobre o uso da internet depois que o juiz de Santa Catarina Luiz Felipe Schuch, da 13ª Zona Eleitoral, decidiu pedir a retirada do Facebook do ar por 24 horas. Na rede, o magistrado foi criticado, mas especialistas dizem que a medida foi legal. A discussão teve origem numa ação do vereador e candidato à reeleição, Dalmo Meneses (PP), que pedia a retirada do ar da página *Reage Praia Mole* porque sentiu-se ofendido por declarações postadas por usuários da rede.

A página, que na última sexta-feira tinha 145 "curtidas", atraiu a atenção dos internautas. Na noite de ontem, o número já era de 6.472 apoiadores. Apareceram usuários de todo o país apoiando a causa e, na própria página, o efeito foi contrário do desejado pelo autor da ação que promoveu, judicialmente, o entra e sai da página.

O juiz determinou a retirada da página e o Facebook cumpriu a decisão, mas uma nova página foi criada. A justiça ordenou novamente a retirada do ar, mas, desta vez, a determinação não foi atendida pelo Facebook.

Com o descumprimento da segunda decisão, Schuch determinou, na última quinta-feira, que o Facebook ficasse fora do ar por 24 horas em todo o país. A decisão foi baseada num artigo da lei eleitoral. Ela diz que quando uma televisão ou rádio quebra alguma regra eleitoral, o juiz pode advertir e tirar o veículo do ar.

Na sexta-feira, os advogados da rede no Brasil pediram a reconsideração da pena e, no sábado, o juiz analisou novamente a ação, suspendendo a decisão.

— Todo serviço prestado pela internet a usuários brasileiros, mesmo que por empresa internacional, precisa se adequar à legislação do Brasil — afirma André Lupi,



Até a noite de ontem, a página que gerou a discussão tinha 6.472 "curtidas". Na sexta-feira, eram apenas 145.

advogado especialista em Direito e Tecnologia, formado pela USP e professor na Univali.

Para ele, a partir do momento que se fere o direito de alguém no país que a lesão ocorra dentro do Brasil, o juiz brasileiro tem toda competência para tomar uma decisão como a que foi tomada contra o Facebook.

— Casos como esse devem ter uma ação rápida do juiz que, em caso de dúvida, tem que punir — disse.

Segundo o especialista, como ainda não existe uma pena específica para crimes na internet, aplicam-se as mesmas do código penal, que são as de crimes contra a honra (como calúnia, injúria e difamação).

Já existe o entendimento do Judiciário de que a internet deve ser livre, porém, não deve permitir o anonimato. Segundo Lupi, está na Câmara dos Deputados um projeto de lei do Código Comercial voltado para empre-

sas que usam a internet de maneira comercial, como no caso no Facebook, que oferece o serviço de rede social: — Se elas oferecem serviços pela internet, precisam saber como se portar diante dos seus clientes e usuários.

É uma demanda que atenderá às empresas que vivem uma certa insegurança no meio virtual, como gestoras de redes sociais e provedoras, que tecnicamente acabam não tendo controle sobre publicações de terceiros que usam o serviço e, por isso, são chamadas muitas vezes à responsabilidade.

O cuidado com interesses privados

Guilherme Coutinho, advogado também da área de Tecnologia da Informação, com mestrado em Direito Autoral pela UFSC, diz que, juridicamente, qualquer empresa que oferece serviços de hospedagem de informação na web pode ser punida pelo juiz, independentemente do seu tamanho e alcance. Na opinião de Coutinho, o que deve ser levado em conta é a questão de tirar sites do ar por interesses privados.

— Se toda vez que uma pessoa ou empresa se sentir caluniada pedir para tirar a rede do ar, daqui a pouco não haverá mais internet — disse.

O advogado afirma que empresas que trabalham com hospedagem de conteúdo não podem ter responsabilidade objetiva, aquela que não precisa apurar a culpa; mas sim responsabilidade subjetiva, onde existe a apuração da denúncia. Na opinião do especialista, antes de regular crimes virtuais, tem que regular os direitos civis na internet.

sobre ▾



Luiz Felipe Siegert Schuch
44 anos
Trabalha na Justiça Eleitoral
Casado
Natural de Porto Alegre (RS)
Mora em Florianópolis

“Facebook não está isento de se sujeitar à legislação”

Juiz há vinte anos, atuando em eleições desde 1994, Luiz Felipe Siegert Schuch, 44 anos, não é do tipo que gosta de se expor na internet. Não tem página pessoal no Facebook e não utiliza nenhuma rede social. Segundo ele, é uma forma de se preservar por conta da própria profissão. Por já ter atuado em varas criminais, por exemplo, acha mais seguro não colocar na rede informações e imagens pessoais. Utiliza a internet principalmente para trabalhar.

Schuch é casado e tem duas filhas, uma de seis anos e uma de 17. A filha mais velha e a mulher utilizam Facebook. E, segundo ele, não reclamaram da possível decisão.

O juiz é natural de Porto Alegre (RS), mas vive em Florianópolis desde os oito anos de idade. Apesar de considerar que é preciso rediscu-

tir a legislação e as sanções aplicadas à internet, especialmente em período de eleições, Schuch reforça que qualquer empresa que tem atuação no Brasil precisa estar preparada para atender e respeitar as leis em vigor no país.

— A não ser que se considere que o Facebook está isento de se sujeitar à legislação brasileira — ironiza.

No caso concreto envolvendo sua decisão, o juiz destaca que o principal problema foi o anonimato. Faz questão de salientar que não é contra a utilização da internet e não quer que sua determinação seja interpretada como censura.

— Todos os veículos são legítimos para o exercício da democracia desde que usados de forma responsável, sem o uso do anonimato, para que todos possam responder por aquilo que dizem.

entrevista ▾

Vereador se sentiu incomodado

Dalmo Meneses é vereador em Florianópolis pelo quarto mandato e candidato à reeleição pelo PP.

Ele sentiu-se ofendido com os comentários postados na página *Reage Praia Mole*, criada no Facebook por pessoas que não quiseram se identificar. Os autores da página se dizem defensores da praia e contrários à especulação imobiliária no local.

Pelo receio de que poderia se prejudicar eleitoralmente com os comentários postados, Meneses resolveu entrar na Justiça para tirar a página do ar. Segundo ele, na primeira página, que já está fora do ar, as pessoas o acusavam de ser inimigo do meio ambiente e da praia.

O vereador não tem Facebook e não utiliza a rede social para pedir votos em sua campanha para as eleições deste ano.

“A ideia que tem que ser passada é que não é proibição ou censura com relação à manifestação no Facebook, o que não pode, é o anonimato.”

“A decisão é estritamente legal. A novidade é que as pessoas talvez desconhecem que estas empresas também estão sujeitas a esta lei.”

“Talvez fosse o caso de se analisar com mais profundidade as características desse tipo de mídia.”

Bate-papo - (1)

DC Quais os próximos passos do processo a partir de agora?

Nós temos que aguardar as defesas de todas as pessoas que foram notificadas, que foram identificadas, inclusive a defesa do próprio Facebook que foi apresentada naquela reconsideração e agora deve ser complementada. Depois nos vamos analisar, o Ministério Público deve se manifestar, depois vamos ver qual o próximo passo, se é necessário pedir alguma outra prova, aí temos a decisão final.

DC Quantas pessoas citadas?

Por enquanto foram duas identificadas.

DC Elas foram identificadas a partir dos IPs (número de identificação) dos computadores, com a ajuda do Facebook?

Exatamente. A ideia que tem que ser passada é que não é proibição ou censura com relação à manifestação no Facebook, o que não pode, é o anonimato. Ofensas anônimas a legislação eleitoral não permite. Se alguém quiser falar mal de candidato e se identificar, o candidato vai se defender em relação à pessoa, o que não pode é a empresa permitir que seja o anonimato uma ferramenta de campanha. Esse é o grande desafio.

DC Há previsão para a decisão final do processo?

Se possível queremos concluir ainda essa semana. Antes do final deste mês de agosto com certeza.

DC Há possibilidade de uma nova decisão para retirar o Facebook do ar?

Por força da lei eu não posso falar sobre processo que está em andamento, o máximo que eu posso dizer é que as fases são essas.

DC O que o senhor achou da repercussão da sua decisão sobre tirar o Facebook do ar?

Normal. É uma situação nova, a determinação existe para as empresas de rádio, de televisão, e agora, a lei, que não fui eu que criei, impõe a mesma sanção para as empresas de internet. A decisão é estritamente legal. A novidade é que as pessoas talvez desconhecem que estas empresas também estão sujeitas a esta lei.

DC Considerando que a internet tem características diferentes da TV e do rádio, não seria o caso de repensar essa lei?

Pelo tipo de repercussão, por conta dos usuários, por conta da população, talvez fosse o caso de se analisar com mais profundidade as características desse tipo de mídia e as formas de fiscalização e controle durante a campanha. Esse fato pode apontar para uma necessidade de talvez algumas adequações.

DC O senhor recebeu muitas críticas pela decisão de tirar o Facebook do ar?

Recebi comentários de pessoas mais próximas de perplexidade por não saberem que o Facebook estava sujeito à Justiça Eleitoral e que desconheciam como funcionava essa situação de anonimato. Também tomei conhecimento de manifestações na rede, isso faz parte, o juiz está aí para cumprir seu papel.

Bate-papo - (2)

DC O que mais lhe incomodou para fazer o senhor entrar com a ação?

O projeto que está tramitando sobre o parque que querem criar na praia da Galheta, eu sugeri no parecer a formação de uma comissão técnica para analisar o parque. Na primeira página que criaram, começaram a dizer que eu era contra o parque, pedir a minha não reeleição, começaram a incomodar muito, dizer que eu era inimigo do meio ambiente. Eu falei com meu advogado e pedi para tomar as providências.

DC O que o senhor achou da repercussão do caso?

É um período eleitoral, claro que tem um prejuízo eleitoral. Pode até não ser meu eleitorado, mas são formadores de opinião, e hoje muitos têm acesso à internet. Podia me prejudicar.

DC O senhor observou que, depois da ação, a quantidade de pessoas que curtiram a página aumentou?

É que da forma como eles fazem a pergunta na página: Você concorda que uma página saia do ar? A maioria diz que não concorda. “Foi fulano de tal que tirou”, aí as pessoas começam a comentar.

DC O senhor usa o Facebook?

Nem tenho Facebook, mas na minha família todo mundo acessa e está acompanhando. Se eu não uso nem para pedir votos, como alguém pode fazer para me tirar votos?

Notícias do Dia Cidade

“Versatilidade da ponte móvel”

12 projetos para ligação Ilha-Continente / Ponte móvel e flutuante / Conceb Projetos e Construções / Arquiteto Marcelo Cotezi

Versatilidade da ponte móvel

Acesso à Ilha. Conceb Projetos e Construções propõe nova ligação pensando no turismo

SARAGA SCHIESTL

saraga@noticiasdodia.com.br

@saraga_ND

FLORIANÓPOLIS

— Criar uma ponte móvel e flutuante paralela à ponte Hercílio Luz para ser a quarta ligação entre as regiões insular e continental de Florianópolis. Essa é a ideia da empresa catarinense Conceb Projetos e Construções, com sede em Balneário Camboriú, que concorre com uma das 12 propostas apresentadas ao Governo do Estado para reduzir os problemas de mobilidade entre Ilha e Continente.

Segundo o projeto, a ponte é fixada com cabos de aço no fundo do mar, e tem estrutura que permite que seja aberta para dar vazão aos barcos de turismo que passam pela região. Para o arquiteto da Conceb Projetos e Construções, Marcelo Cotezi, essa é uma característica que beneficia o turismo.

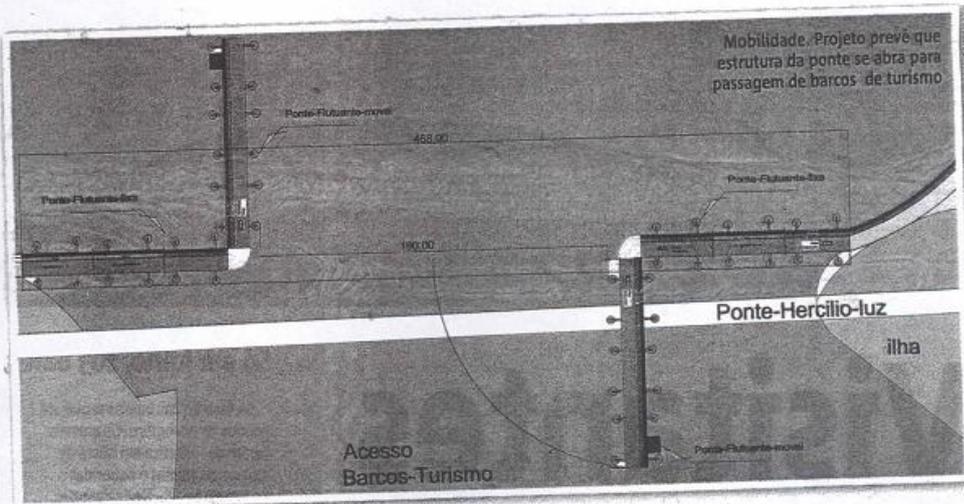
Com base em outras obras do gênero, a ponte permaneceria aberta por um tempo pré-determinado de 20 a 40 minutos. “Isso seria definido anteriormente e, com certeza, não devem ser várias vezes por dia para não prejudicar o fluxo do trânsito”, comentou. A ponte seria construída a uma distância de quatro metros do espelho d’água, o que permitiria a passagem de embarcações pequenas.

A intenção é utilizar o sistema viário da região. A ponte seria ligada a Beira-mar Continental, no Estreito, e a Beira-mar Norte, Centro da Capital, na altura do Grupo de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros. “Essa obra nos permite um prazo de execução muito rápido. Fizemos cálculos e essa ponte móvel poderia ficar pronta em até 15 meses enquanto há outras propostas que tem um prazo de entrega de quase oito anos”, ponderou o arquiteto.

● **Leia amanhã:** Proposta de uma ponte estaiada da Engevix/Paulitec

Uma ponte e 12 projetos

Desde o último fim de semana, o jornal *Notícias do Dia* apresenta, com detalhes, cada um dos 12 projetos para novas ligações entre Ilha de Santa Catarina e a região continental. Participam 11 empresas de construção e planejamento e uma engenheira recém-formada pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Essas propostas foram apresentadas pelo Governo do Estado no dia 30 de julho. Todas foram enviadas de forma gratuita ao poder público e, uma delas (ou uma junção de várias), se transformará no projeto final para o novo sistema de transporte na Capital. O governo tem até setembro para definir qual a melhor forma para estabelecer a nova ligação.



Investimento de R\$ 100 milhões seria necessário

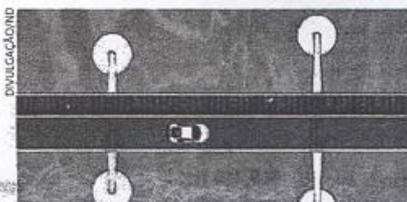
Para permitir a criação da ponte móvel e flutuante, a Conceb Projetos e Construções prevê um investimento de R\$ 100 milhões. Se escolhida entre as 12 propostas, Florianópolis teria uma nova ponte com três pistas de rolamento utilizadas de forma semelhante ao que acontece na SC-405, no Sul da Ilha, onde uma das vias é reversível

de acordo com a necessidade do trânsito. No total, seriam oito metros de largura para a passagem dos carros.

A acessibilidade de pedestres e ciclistas também foi pensada para a ponte móvel. A ideia é que sejam delimitadas pistas exclusivas, e separadas das vias por onde passam carros e veículos maiores,

para garantir segurança de todos.

A inspiração para o arquiteto que assina o projeto, Marcelo Cotezi, veio de obras semelhantes que existem na Espanha. “Além de ter uma execução mais rápida, essa ideia também tem a vantagem de ser mais fácil de ser aplicada quanto as questões ambientais”, sintetizou o arquiteto.

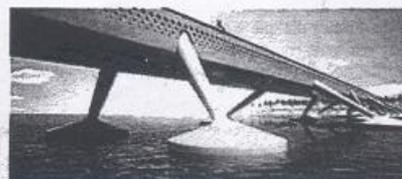


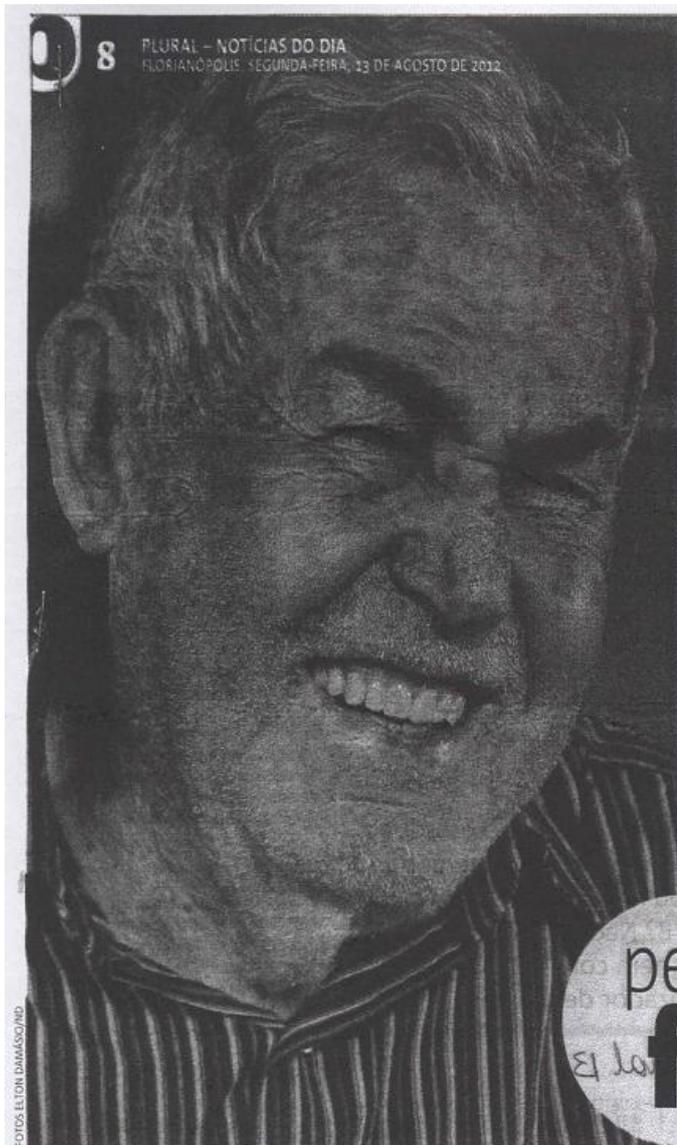
Três pistas. Conforme projeto do Conceb, uma delas seria reversível, ou seja, pode ter sentido alterado conforme a necessidade



PROJETO DA PONTE MÓVEL

- Pontos principais
- **Empresa:** Conceb Projetos e Construções
- **O quê:** Conexão entre o Centro da Ilha e o continente por meio de ponte móvel
- **Como será executado:** Conexão viária por meio de ponte móvel e flutuante, paralela à ponte Hercílio Luz, e integrada ao sistema viário existente





8

PLURAL – NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2012

Décadas de dobrados e *boleros*

Paixão. Há 60 anos Alécio Heindenreich, nativo do Ribeirão da Ilha, ajuda a manter viva a centenária Banda da Lapa

Dedicação. Preocupado com a possibilidade de a banda acabar, o veterano clarinetista e saxofonista Heindenreich reagrupou os artistas e pagou do próprio bolso o ônibus do maestro, que ia do Estreito ao Ribeirão

PAULO CLÓVIS SCHMITZ
pc@noticiasdodia.com.br
@pc_ND

FLORIANÓPOLIS — Alécio Heindenreich é tão apegado à Banda da Lapa que brinca, na saúde de seus 83 anos, com as músicas que deixará gravadas para o próprio funeral, tocadas em cortejo pelos companheiros de jornada. Ele tem na memória as grandes apresentações, as viagens, os episódios engraçados e os nomes dos colegas que se foram, deixando-o como único remanescente de uma geração de instrumentistas que fizeram a alegria não apenas do Ribeirão da Ilha, onde mora, mas de muitos pontos de Florianópolis e de outras cidades do Estado. E, como o ritmo não pode parar, cerca de 30 crianças e jovens ainda aprendem, em aulas regulares, a manipular os instrumentos para se responsabilizar, cada um a seu tempo, pela preservação de uma história que começou em 1896.

Ao falar do 116º aniversário do grupo, a ser comemorado nesta quarta-feira, dia 15, Alécio lem-

bra também da ressurreição que ele próprio, então com 23 anos, promoveu há exatas seis décadas, quando o sucateamento dos instrumentos estava minando a já célebre Banda da Lapa. Um ano antes, em 1951, o conjunto deixara de tocar na festa da padroeira, que foi estranhamente soturna — “uma tristeza”, na sua definição. Os músicos estavam assustados com a ideia da extinção de seu lazer e ganha-pão. Alécio, então, começou a reagrupar os artistas, pagando do próprio bolso o ônibus do maestro Brasília Machado, que vinha do Estreito para os ensaios e exposições na comunidade.

Com a ajuda de famílias que se prontificaram a hospedar os músicos e comprar novos instrumentos, a banda foi reerguida e continuou tocando valsas, boleros e “coisas da velha guarda”, na expressão de Alécio. Ia de barco para outras vilas da Ilha e para localidades da orla continental, como São Miguel, em Biguaçu, Governador Celso Ramos, Enseada do Brito e Garopaba. Até Urubici, na Serra catarinense, ouviu os acordes do grupo.

per
fil

Instrumentos vieram de navio

Se a Banda da Lapa era recepcionada com fogos de artifício em todos os lugares, chegou o dia em que quiseram dar uma surra no maestro, apelidado de Lavinho. Foi em Ganchos, de onde o regente fugira com a própria comadre — e os filhos dela juraram vingança. Alécio Heindenreich conta essa e outras passagens com um sorriso largo, que contrasta com a amargura com que lamenta a morte de três companheiros de banda de 2007 para cá — um deles, seu próprio irmão. Ele levava o maestro e os músicos para casa após os ensaios e concertos, cortando com seu fusca as sinuosas estradas do Sul da Ilha e gastando o próprio dinheiro com gasolina.

Hoje, com músicos e plateias bem mais jovens, a banda toca reggae, rock e outros ritmos ligeiros. “O pessoal quer é barulho”, conforma-se o veterano clarinetista e saxofonista. Ele estimula a garotada a tocar um instrumento, porque “é sempre possível ganhar um dinheirinho”. Num texto que preparou contando a história das bandas do Ribeirão, Alécio diz que os instrumentos da formação original chegaram num navio da Cia. Hoepcke, no final do século 19, ao custo de 500 marcos alemães, e que outro conjunto local tocou alguns dobrados para festejar o acontecimento.



Memória. Alécio foi o último a construir baleeiras na Ilha

Baleeiras feitas no braço

Ex-funcionário da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Alécio Heindenreich teve, além da música, outra grande paixão: a construção de baleeiras. Ele foi o último a fazer isso na Ilha, e seu rebento derradeiro, feito até a metade, foi comprado por Amyr Klink para ser exposto no Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul. O saldo dessa vocação foram 80 baleeiras feitas

no muque e que saíram de seu galpão no Ribeirão para singrar os mares do Sul atrás de cardumes, nos tempos em que havia mais peixes e a pesca industrial não havia descaracterizado a velha atividade dos nativos. “Um engenheiro naval duvidou que eu construía baleeiras sem planta, e chegou a vir de surpresa para cá, mas viu que estava tudo na minha cabeça”, conta.

Diário Catarinense Geral

“Sem fim: Greves se intensificam”

Greves / Servidores federais / Polícia Rodoviária Federal / Polícia Federal / Anvisa / Receita Federal / UFSC / Ministério do Planejamento

SEM FIM

Greves se intensificam

Outras categorias de servidores federais prometem se juntar às já paralisadas nesta semana

Brasília

A mobilização dos servidores federais em greve, que afetou serviços públicos e espalhou transtornos na semana passada, deve se intensificar a partir de hoje, inclusive com a possibilidade de paralisação de novas categorias. A intenção é aumentar a pressão sobre o Planalto.

Como parte dessa estratégia, os policiais rodoviários federais catarinenses e gaúchos decidem hoje se vão juntar-se aos 380 mil funcionários em greve no país. Na semana passada, eles já protestaram com a interrupção de rodovias em diversos pontos do país, provocando congestionamento e atraso das pessoas que tinham que viajar.

Novas ações com impacto na rotina da população não são descartadas pelos policiais rodoviários, mas medidas como redução de efetivo e não atendimento de algumas ocorrências só podem acontecer depois de 72 horas da decisão de parar.

A população também pode espe-



Policiais federais fizeram um protesto simbólico distribuindo pizza no aeroporto de Confins, em Minas Gerais

rar transtornos em outras áreas do serviço público federal. No Estado, as greves da Polícia Federal, Anvisa e Receita Federal têm causado entraves para a população como fazer passaportes e registrar armas. Nos portos, o entrave é para autorizar que navios

possam atracar e descarregar e carregar mercadorias.

Os sindicatos esperam que o governo federal divulgue hoje um calendário de negociação com as diferentes categorias. No fim da sexta-feira, 31, entidades sindicais nacionais promo-

verão uma assembleia em Brasília para avaliar o processo.

No fim de semana, no Aeroporto de Confins, em Minas Gerais, policiais federais levaram pizza gigante ao local e distribuíram os pedaços entre passageiros e funcionários.

A paralisação

NO BRASIL

São 30 categorias federais paralisadas. Conforme os sindicatos, os trabalhadores parados são 380 mil, que seria o maior número desde 1993. A mobilização começou em julho e prejudicou vários serviços: estradas foram interrompidas, aeroportos viraram um caos e passaportes deixaram de ser feitos.

EM SANTA CATARINA

A greve atinge a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Anvisa, Polícia Federal e Receita Federal. Hoje, às 14h30min, a Polícia Rodoviária Federal decide, em assembleia se vai aderir à greve.

OS SALÁRIOS

Os grevistas são de categorias com um nível de remuneração sonhado pela maior parte dos brasileiros. Categorias com salário inicial acima de R\$ 10 mil protagonizam o movimento. Algumas, como a dos auditores fiscais da Receita Federal, tem salário de R\$ 20 mil no topo da carreira. Mais da metade dos funcionários do Executivo ganha acima de R\$ 4,5 mil mensais.

O GOVERNO

O Planalto tem até o fim do mês para incluir os reajustes no orçamento do ano que vem. No momento, o Ministério do Planejamento analisa a questão, mas considera inexistente a perda dos sindicatos. Para atender às reivindicações, o governo teria de desembolsar R\$ 92 bilhões.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.